

# DENUNCIAÇÃO DA LIDE

## ADQUIRENTE CONTRA O FALSUS DOMINUS

Recurso

re -

### REPARAÇÃO DE DANO — CONTESTAÇÃO - IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA - DEMONSTRAÇÃO DE ÍNDICE APLICÁVEL - FIXAÇÃO DO VALOR INICIAL

#### EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ...., já qualificada nos autos nºs .... de Impugnação ao Valor da Causa, em que é ré, e autora ....., vêm, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, oferecer a presente RESPOSTA o que faz pelos fundamentos seguintes: Tendo sido proposta pela ora ré contra a autora desta, Ação de Reparação de Danos, autos nº ....., que tramita por esta ...ª Vara Cível, apresentando o valor da causa de R\$ ....., foi objeto de impugnação, com os seguintes motivos: a) que a autora não se preocupou em demonstrar os meios ou os índices de atualização adotado para chegar aos valores mencionados na inicial; b) que referidos valores, ao seguro e venda de salvados, não correspondem à realidade; c) utilizando-se a Tabela Oficial Atualizada e seus índices de atualização, o valor da causa corresponderia, em verdade, a R\$ ....; d) se fosse utilizado o "Caderno - IOB" de .... de ....., o valor da causa corresponderia a R\$ .... A autora termina pedindo a correção do valor da causa para o montante de R\$ ....., apontando como oficiais os índices constantes da Tabela Prática para cálculo de atualização monetária dos débitos judiciais. Data venia, o pedido não pode prosperar. O Código de Processo Civil, dispõe: "Art. 259. O valor da causa constará sempre da inicial e será: I - na ação de cobrança de dívida, a soma do principal, da pena e dos juros vencidos até a propositura da ação." As importâncias pagas pela ré ao seu segurado foram os seguintes: a) R\$ ....., pagos em .../.../...; b) R\$ ....., pagos em .../.../...; c) R\$ ....., pagos em .../.../...; d) R\$ ....., pagos em .../.../... O principal corrigido monetariamente, utilizando-se como índice .... + ....., índice que vem sendo aplicado pelo Judiciário na correção de todas as obrigações, acrescidos dos juros desde a data da propositura da ação, assim corresponde: Principal R\$ Índices (.... + ....) Sub-to tal R\$ Juros Total R\$ Total Como houve cessão de direitos, a ré procedeu a venda dos bens sinistrados, tendo recebido as seguintes importâncias: a) R\$ ....., em .../.../...; b) R\$ ....., em .../.../... Utilizando-se o mesmo índice referido acima, o cálculo é o seguinte: Principal R\$ Índices (.... + ....) Sub-total R\$ Juros Total R\$ Total Diminuindo-se os valores encontrados, ou sejam, R\$ .... e R\$ ....., tem-se que o valor da causa deve ser de R\$ .... Valores pagos ao segurado R\$ .... Valor da venda dos bens sinistrados R\$ .... Total R\$ .... Como o valor da causa atribuído pela ora ré foi de R\$ .... e, sendo a diferença tão irrisória (apenas R\$ ....), deve o mesmo ser considerado. Embora a autora junte Tabelas para demonstrar o seu cálculo, estas não podem prevalecer. A primeira tabela, a fls. .... dos presentes autos, é utilizada nos cálculos judiciais de execuções dos precatórios, o que, absolutamente, não é o caso, pois a ora ré não é pessoa jurídica de direito público. Quanto à segunda tabela, fls. .... e ....., refere-se a ....., utilizada em cálculos de débitos tributários, o que também não se relaciona com a causa. Observe-se ainda, que a autora deixa de incluir em seus cálculos os juros de mora devidos desde a data do efetivo desembolso pela ré. Ante o exposto, é a presente para, respeitosamente, requerer seja julgada improcedente a impugnação apresentada, considerando-se como valor da causa, o apresentado na inicial, a saber, R\$ .... Termos em que, Pede deferimento. ...., .... de .... de .... Advogado